

ANFIP reafirma defesa da paridade em reunião com secretário da RFB



O presidente Vilson Romero e o vice-presidente Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários) foram recebidos, no dia 19 de janeiro, no gabinete do secretário da Receita Federal do Brasil, Robinson Barreirinhas.

No encontro, a ANFIP ressaltou seu papel de formuladora nas pautas das reformas Previdenciária e Tributária, apresentando os estudos desenvolvidos pela Entidade.

Vilson Romero destacou o acompanhamento feito há mais de duas décadas da evolução do Orçamento da Seguridade Social e lembrou o projeto Reforma Tributária Solidária (RTS), desenvolvido em conjunto com a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), em que dezenas de especialistas construíram um

diagnóstico amplo sobre a estrutura de tributos no Brasil.

Os dirigentes ressaltaram ainda que as publicações têm sido referência nos debates sobre os temas, inclusive no que tange à Reforma Tributária, tendo originado uma emenda aglutinativa à Proposta de Emenda Constitucional 45/2019, assinada por todos os partidos progressistas.

O secretário tratou de diversos outros assuntos, entre eles o andamento e o cronograma de início da aferição institucional da RFB para efeitos de pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade, que ele ressaltou estar em pleno desenvolvimento.

Romero recordou que a ANFIP foi a única entidade a não assinar o Acordo Salarial em 2016, pois entendeu, na ocasião, que a mudança na forma

de remuneração poria em risco o instituto da paridade a quem de direito. Mas, a Associação segue atuando no Judiciário contra a quebra desse direito constitucional e, junto às autoridades do Poder Executivo e parlamentares, pelo reajuste do vencimento básico e em defesa de mudanças na Lei 13.464/2017, restabelecendo a simetria remuneratória aos Auditores Fiscais aposentados e pensionistas.

Os conselheiros lembraram que a Receita Federal e a Fundação ANFIP têm um Acordo de Cooperação Técnica que ainda não tem sido bem aproveitado nas iniciativas de interesse comum da instituição e dos Auditores Fiscais.

Gilberto Pereira abordou outras questões, como a indiscriminada extinção dos cargos de adidos tributários e aduaneiros, o que o

Fonacate e Fonasefe unificam pauta salarial e mobilização

PÁGINA 2

ANFIP prestigia evento no Planalto com centrais sindicais

PÁGINA 3

Ação contra alíquotas do RPPS aguarda julgamento no STF

PÁGINA 5

secretário informou que se encontra em reanálise dentro do Ministério da Fazenda.

O vice-presidente também apresentou suas críticas ao programa de transação tributária denominado Litígio Zero, por se caracterizar, inicialmente, como uma nova oportunidade de parcelamento de débitos tributários, a exemplo dos mais de 30 Refis dos últimos anos, num claro incentivo à inadimplência e à concorrência desleal. A este posicionamento, Barreirinhas apresentou argumentos contrários, destacando que a nova modalidade pode permitir o aumento da arrecadação tributária, sem os malefícios dos Refis anteriores.

O presidente ainda trouxe ao debate a necessidade de ser revogada

a Portaria 281/2022, que prevê compensação das metas de trabalho não cumpridas durante a mobilização salarial, já objeto de ofício à Receita Federal (veja [aqui](#)). O secretário respondeu que a medida está em estudo junto à equipe de trabalho.

No que diz respeito ao retorno do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para a Fazenda Pública, Romero mostrou que a ANFIP sempre defendeu essa medida, tendo sido inclusive uma das primeiras entidades que ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a mudança. E colocou a assessoria parlamentar da Associação para atuar decisivamente no Congresso

para manter o teor básico da MP 1.160/2023, que tem sido muito criticada por corporações empresariais e grupos de tributaristas.

Encerrando o encontro, do qual participaram também Adriana Gomes Rêgo, secretária especial adjunta; Onassis Simões da Luz, coordenador-geral de Programação e Logística; e Denize Canedo da Cruz, coordenadora-geral de Gestão de Pessoas, os dirigentes da ANFIP fizeram o convite ao secretário para participar como palestrante no I Encontro Regional do Centro-Oeste, que deve ocorrer no mês de maio, em Pirenópolis (GO); e colocou a Entidade à disposição para uma continuada melhor interlocução em defesa da administração tributária federal.

Fonacate e Fonasefe unificam pauta salarial e mobilização

As entidades que integram o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) se reuniram, no dia 19 de janeiro, para unificar a pauta salarial e as atividades de mobilização e pressão no governo federal. Pela ANFIP, participou o presidente Vilson Romero.

Os dirigentes deliberaram apresentar reivindicações que priorizam a concessão de um reajuste emergencial em fevereiro, no mínimo, igual ao já aprovado para servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. Ambos os fóruns avaliam que a perda salarial acumulada no último governo chega a 27%.

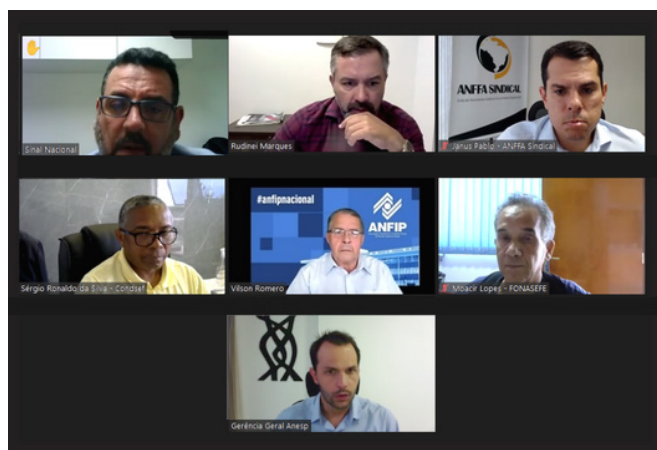
As lideranças definiram a realização, em 31 de janeiro, do primeiro Dia Nacional de Mobilização, com o objetivo de fortalecer a organização das diversas categorias em todas as regiões do país. O evento acontece virtualmente com transmissão pelos

canais das entidades no YouTube e marcará a retomada da campanha pela recomposição salarial, iniciada em 18 de janeiro de 2022 e suspensa após o fim do prazo legal para a concessão de reajustes, em face do período eleitoral. Além do ato virtual, também serão divulgadas mensagens em rádios e em outdoors em pontos estratégicos de Brasília.

Vilson Romero reforçou a importância do envio imediato de medida provisória ao Congresso Nacional, sem prejuízo da instalação da mesa de negociação no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para tratar questões gerais e outras específicas de cada

carreira. “Nós temos que cobrar isso em todas as nossas interlocuções com o governo e transmitir os anseios das bases”, disse.

O Fonasefe, que representa os servidores federais dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), também enviará ofício à ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, reivindicando urgência para a recomposição.



Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfipnacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP prestigia evento no Planalto com centrais e lideranças do serviço público

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, participou no dia 18 de janeiro, no Salão Nobre do Palácio do Planalto, do evento promovido pelo governo federal, em conjunto com centrais sindicais e lideranças dos servidores públicos, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Romero, que na oportunidade também representou a Pública Central do Servidor, juntamente com o vice-presidente Hugo René de Souza, reforçou a relevância do encontro. “É importante que haja essa interlocução e diálogo entre representações dos trabalhadores e governo para definir a forma mais adequada e responsável de valorizar o piso salarial da iniciativa privada”, disse. Durante a reunião, o governo anunciou um grupo de trabalho com representantes das centrais para, no máximo, em três meses, formular uma proposta de política de valorização do salário mínimo.

Em discurso, Hugo René de Souza reforçou ainda a necessidade de o governo investir na valorização dos servidores públicos e cobrou a retirada da PEC 32/20 de tramitação. “Essa proposta é a destruição total do serviço público, a destruição do acesso às políticas públicas. A PEC tem que ser retirada com urgência”, frisou.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou também que serão formados, no prazo de 30 dias, mais dois grupos de trabalho, um para a negociação coletiva e fortalecimento dos sindicatos e outro para propor a regulação para trabalhadores de aplicativos. Para os servidores públicos, Marinho garantiu que vai organizar uma agenda, sob a liderança da ministra da



Gestão, Esther Dweck, para discutir as pautas do setor.

Luiz Inácio Lula da Silva criticou a queda da massa salarial, que atingiu a iniciativa privada e o serviço público, que ficou, em sua maioria, sem aumento nos últimos anos. A proposta, a partir deste encontro, segundo o presidente, é construir o estabelecimento de novos direitos, numa economia totalmente diferente da dos anos 80. “O mundo do trabalho mudou. Não queremos que o trabalhador seja um eterno fazedor de bico, queremos que o trabalhador tenha direitos garantidos e que tenha um sistema de Seguridade Social que o proteja”, afirmou.

Entidade reivindica revogação da Portaria 281/22

A ANFIP solicitou, no dia 16 de janeiro, ao secretário da Receita Federal do Brasil (RFB), Robinson Barreirinhas, a revogação da [Portaria nº 281/22](#), que estabelece critérios para a compensação de meta não realizada nos últimos três trimestres de 2022.

A portaria, que também determina equivalência entre produtividade e jornada de trabalho, é um atentado ao

legítimo movimento de mobilização promovido pelos Auditores Fiscais que, no período referido, faziam operação padrão, reivindicando a regulamentação do determinado na [Lei nº 13.464/2017](#), descumprida até o momento pelo Poder Executivo.

A ANFIP entende que a publicação da norma no encerramento da gestão anterior foi uma represália desmedida à categoria,

que utilizou um movimento legítimo como forma de pleitear seus próprios direitos.

Diante da ausência de legalidade, razoabilidade e moralidade, a Entidade considera necessária a revogação do mencionado ato, dada a importância de se resgatar na RFB o bom ambiente institucional e melhores níveis de relacionamento e confiança entre gestores e servidores.

ANFIP avalia programa Litígio Zero

Entre as medidas de ajuste fiscal anunciadas na última semana pelo governo federal está o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), criado para facilitar a regularização de pessoas físicas e micro, pequenas e grandes empresas junto à Receita Federal. Segundo avaliação do Ministério da Fazenda, o potencial de renegociação é de R\$ 3,72 bilhões.

Instituído pela [Medida Provisória nº 1.159/2023](#) e a [Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023](#), publicadas no

Diário Oficial da União do dia 13 de janeiro, o programa ficou conhecido como Litígio Zero e oferece condições que variam de acordo com o porte da dívida e da empresa.

No caso de pessoas físicas, micro e pequenas empresas com dívidas que vão até 60 salários mínimos (R\$ 78.120), os descontos são de 40% a 50% sobre o valor total do débito, inclusos o tributo, os juros e as multas; com prazo de até 12 meses para o pagamento.

Já para empresas com dívidas acima

de 60 salários mínimos, será oferecido um desconto de até 100% sobre o valor de juros e multas, conforme a situação dos créditos de difícil recuperação ou irrecuperáveis; bem como a possibilidade de utilizar prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para quitar entre 52% a 70% do débito. O prazo para pagamento também é de 12 meses.

As inscrições para participar do programa podem ser feitas do dia 1º de fevereiro ao dia 31 de março, no portal-eCAC da Receita Federal.

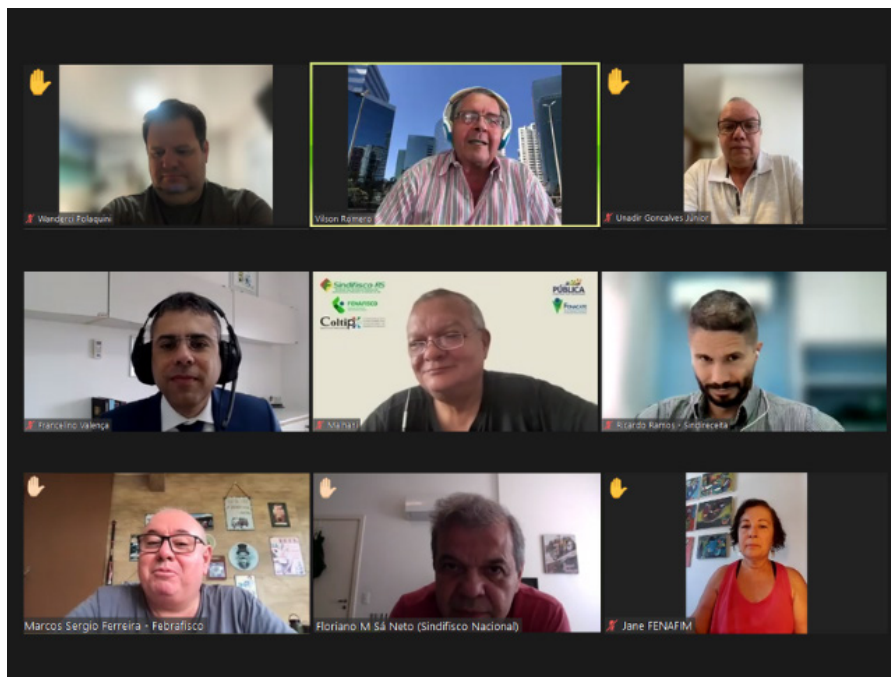
Pacto de Brasília define prioridades para 2023

O presidente Wilson Romero representou a ANFIP na reunião do Pacto de Brasília, realizada no dia 16 de janeiro. Foi o primeiro encontro do ano, que contou com a participação das demais entidades do fisco, para definir as ações que serão desenvolvidas ao longo do semestre.

Os dirigentes rediscutiram o objetivo do grupo, a fim de alinhar as pautas prioritárias de interesse comum, relacionadas à reforma tributária. Para Romero, o foco das atividades deve ser a defesa da administração tributária e sua autonomia nas três esferas de governo.

Em consenso, entre as próximas ações, está o início da interlocução com o secretário especial do novo governo para a reforma tributária, Bernard Apy. Será solicitada uma audiência com o economista, na intenção de sondar seu posicionamento, apresentar o Pacto e analisar as possibilidades envolvendo a pasta.

Outros assuntos relacionados à tributação também serão debatidos pelo grupo, a exemplo dos impactos do Projeto de Lei Complementar 17, de 2022. Apelidado de “Código de Defesa



do Sonegador”, a matéria estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, dispendo também sobre critérios para a responsabilidade tributária. Atualmente, o projeto aguarda votação no Senado Federal.

Sobre - Além da ANFIP, fazem parte

do Pacto Anafisco, Febrafisco, Fenafim, Sindifisco Nacional, Sindireceita, Fenafisco e Unafisco Nacional. Criado com o objetivo de unir os fiscos de todo o Brasil, o grupo monitora aspectos socioeconômicos do país e atua em pautas de interesse das categorias e da sociedade.

Em novo relatório, Oxfam sugere tributação de super-ricos para superar as desigualdades sociais

A Oxfam Internacional, aproveitando a realização do Fórum Econômico Mundial, alerta em seu mais novo relatório que o 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020, cerca de US\$ 42 trilhões, seis vezes mais dinheiro que 90% da população global conseguiu no mesmo período. O estudo “A sobrevivência do mais rico: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades” aponta ainda que, pela primeira vez em 30 anos, a riqueza extrema e a pobreza extrema cresceram simultaneamente. Acesse [aqui](#) o documento.

O alerta continua: “apenas 4 centavos de cada dólar de receita tributária vêm de impostos sobre o patrimônio, e metade dos bilionários

do mundo vive em países sem imposto sobre herança, aplicado ao dinheiro que dão aos filhos.” Segundo a Oxfam, a implementação de um imposto de 5% sobre os super-ricos do mundo poderia arrecadar US\$ 1,7 trilhão por ano, o suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza e financiar um plano global para acabar com a fome.

Os dados divulgados pela Oxfam vêm ao encontro dos estudos divulgados pela ANFIP e pela Fenafisco na “[Reforma Tributária Solidária](#)”, que serviram ainda de base para as propostas apresentadas aos candidatos à Presidência da República nas últimas eleições no projeto [Diálogo com os Presidenciais 2022](#). Assim como a ANFIP, a Oxfam acredita que a tributação dos ricos é

vital para enfrentar essa multicrise sem precedentes e a desigualdade que aumenta a uma velocidade vertiginosa.

Dentre as medidas sugeridas pela Reforma Tributária Solidária está a elevação da tributação das altas rendas e da riqueza; redução da tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de salários; tributação com relevância para o meio ambiente e externalidades na saúde pública; a necessidade de financiar a proteção social e de alcançar o equilíbrio federativo; e propor medidas para garantir a eficácia da legislação. Para a ANFIP, é possível aumentar a progressividade do sistema tributário e reduzir a desigualdade de renda a partir da implantação de novo modelo econômico que estimule o crescimento e fortaleça o papel do Estado.

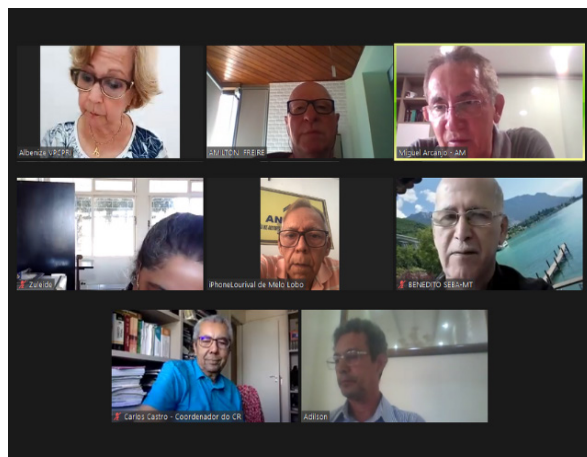
Projeto Sociocultural: Comitê analisa prestação de contas das Estaduais

Os integrantes do Comitê Gestor do Projeto Sociocultural se reuniram, no dia 17 de janeiro, para deliberar sobre os termos de encerramento referentes à participação das Associações e Representações Estaduais da ANFIP na iniciativa. O projeto apoiou a realização de eventos, visando estimular maior integração dos associados de todo o Brasil.

No encontro virtual, foram aprovadas as prestações de conta do Rio de Janeiro (ANFIP-RJ), Sergipe (ANFIP-SE) e Ceará (ANFIP-CE). O grupo aguarda ainda documentos de mais três estaduais, Paraíba

(ANFIP-PB), Espírito Santo (ANFIP-ES) e Maranhão (ANFIP-MA), que deverão ser analisados em fevereiro.

Participaram da reunião Albenize Gatto Cerqueira (PA), Miguel Arcanjo Simas Nôvo (AM), Lourival de Melo Lobo (PI), José Amilton Vieira Freire (RS), Benedito Cerqueira Seba (MT), Adilson da Silva Bastos (RJ) e Carlos José de Castro (GO).



Comissão de Propostas Estatutárias discute cronograma de trabalho



O presidente Wilson Romero se reuniu, no dia 13 de janeiro, com a Comissão de Propostas Estatutárias

para apresentar sugestão de cronograma de trabalho.

O calendário foi aprovado e o grupo realizará análise do conteúdo do atual Estatuto da Entidade e, também, irá redigir propostas de alteração. Em breve, será aberto prazo para envio de sugestões por parte dos associados, que serão consolidadas em um caderno junto às da Comissão para discussão e votação na V Convenção

Nacional Extraordinária, prevista para os dias 25 a 27 de abril.

Também estiveram presentes na reunião os vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), além dos integrantes dos conselhos de Representantes Benedito Cerqueira Seba (MT) e Adilson da Silva Bastos (RJ), e Fiscal, Sandra Tereza de Paiva Miranda (SP).

Ação da ANFIP contra alíquotas do RPPS aguarda julgamento no STF

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6271, ajuizada pela ANFIP contra a progressividade das alíquotas previdenciárias dos servidores públicos federais, segue parada no Supremo Tribunal Federal (STF) após pedido de vistas do ministro Ricardo Lewandowski,

realizado em setembro de 2022, que interrompeu o julgamento.

A Ação faz parte do grupo de 12 ADIs impetradas por entidades representativas de servidores que questionam diversos pontos da Reforma da Previdência (Emenda

Constitucional 103/2019).

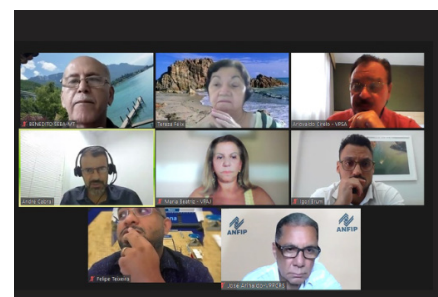
Ainda não há data prevista para o retorno do julgamento. O Departamento Jurídico da ANFIP e os advogados da causa acompanham atentamente o trâmite da ação e manterão os associados informados.

Comissão de Saúde e Benevix negociam reajuste do plano

A Comissão de Saúde da ANFIP se reuniu, no dia 18 de janeiro, com os representantes da Benevix, administradora do plano Unimed Vitória, Igor Brum (Gerente da Relacionamento) e Felipe Teixeira (Analista de Relacionamento), e com o consultor da Med Consultoria, André Cabral.

não houve decisão dos percentuais a serem reajustados, será realizada nova reunião, também com representantes da Unimed Vitória, para definir as melhores condições para os beneficiários.

Participaram da reunião os vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), José Arinaldo Ferreira (Política de Classe e Política Salarial) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e



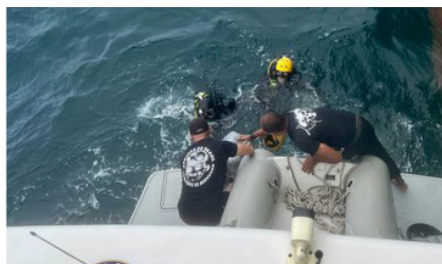
Pensões), além do integrante do conselho de Representantes, Benedito Cerqueira Seba (MT).

AÇÃO FISCAL

RFB apreende quase 300 kg de cocaína no Porto de Santos

Equipes da Receita Federal, Polícia Federal e Marinha do Brasil realizaram, no dia 16 de janeiro, uma operação de prevenção ao tráfico internacional de drogas na área de fundeio do porto de Santos. Foi efetuado um mergulho de inspeção em um navio carregado com celulose (um carboidrato utilizado na fabricação de papel, curativos, cápsulas de remédios, etc), que teria como destino a Turquia e a Itália.

A suspeita era de que haveria cocaína escondida no sea chest do navio, compartimento situado abaixo do nível da água utilizado para captação de água



para resfriamento das máquinas da embarcação. Foram localizados 293 kg de cocaína.

A ocultação de droga no sea chest de um navio é caracterizada pela necessidade de uso de mergulhadores para a sua colocação e retirada, além de dificuldades

adicionais para as equipes que atuam no combate a este tipo de ilícito.

Em 2022, foram registradas cinco ocorrências de localização de drogas ocultas em navios no porto de Santos, totalizando 611 kg da droga.

Fonte: Receita Federal

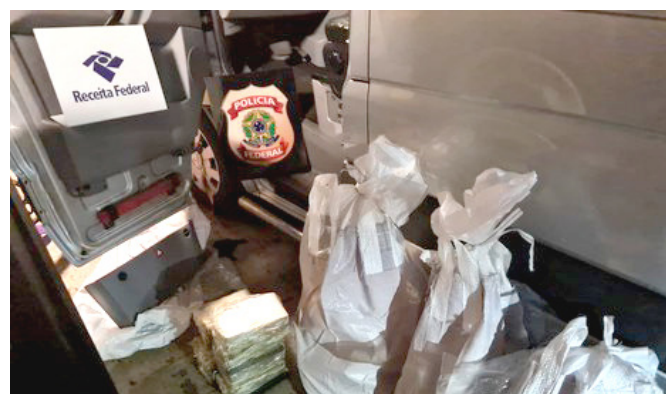
Receita Federal e Polícia Federal apreendem 69 kg de cocaína em operação conjunta

Uma operação conjunta da Receita Federal e da Polícia Federal frustrou a tentativa de envio ao exterior de 69 kg de cocaína. A ação ocorreu no dia 19 de janeiro, no porto de Santos (SP). A droga estava escondida na cabine de um veículo comercial leve.

Nos navios Roll on Roll off (Ro-Ro), geralmente as cargas entram e saem da embarcação pelos próprios meios, por exemplo, em carros, ônibus, tratores e caminhões, entre outros.

O cargueiro faria escala em outros portos brasileiros e depois seguiria para a Europa.

Fonte: Receita Federal



FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100

0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)

(61) 99973-5776 (WhatsApp)

E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)

(61) 98176-9051 (WhatsApp)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)

(61) 98366-6006 (WhatsApp)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199

Benevix (Concierge): (27) 99663-6339

concierge@benevix.com.br

Benevix/Unimed: 0800 606 7272

Geap: 0800 728 8300



ANFIP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ANFIP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL